

## **Re-Construindo o Cidadão: a voz do oprimido como procedimento de denúncia em Viva o povo brasileiro.**

Doutoranda Guadalupe Estrelita dos Santos Menta Ferreira<sup>1</sup> (UEL/UTFPR)

### **Resumo:**

A literatura brasileira, desde o período colonial, cujos textos serviam aos portugueses, ao período romântico, com o olhar voltado às questões nacionais, reforça a imposição cultural sob os moldes europeus. Após uma jornada permeada pelos caminhos da ciência e do Positivismo, chega-se ao Modernismo, que luta por uma ruptura dos padrões estabelecidos, abrindo outras possibilidades para a interação texto-leitor. O pós-modernismo, com sua fragmentação e representação, traz à tona temas relacionados com o Capitalismo, o consumo em massa, a rapidez das informações. Neste estudo, pretende-se analisar um tópico da obra **Viva o povo brasileiro**, de João Ubaldo Ribeiro, sob o prisma da construção da estética literária como forma de denúncia. Demonstrar a relevância da inserção do discurso das minorias, sobretudo índios e negros, aproximando ficção e História, para que, por meio de um procedimento paródico, haja uma desconstrução ideológica.

**Palavras-chave:** Literatura engajada, denúncia social, construção estética

### **Introdução**

A literatura brasileira sempre esteve aliada ao contexto da história de seu povo, embora sob os modelos europeus, que, segundo Cândido (1959, p. 9) “ [...] é um galho secundário da portuguesa, [...] arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...”, mas que permeou, dentre as suas funções, desde a didática, com os jesuítas, ao social, com uma literatura moderna mais compromissada. Na modernidade, trouxe consigo grandes vantagens em relação às anteriores: surgem manifestações que buscam desfazer aos poucos essa imposição cultural externa, introduzindo-se, ainda que sutilmente, o povo e suas inquietações.

A preocupação não se centra na forma, mas também no conteúdo e no leitor, permitindo, pela construção, a interação da obra com o público. Já se podem encontrar atualmente obras literárias que, através de sua construção, revelam a outra face da História, trazendo a voz do oprimido e suas inquietações, mesmo que de maneira velada, para driblar a ideologia dominante. Esses elementos podem trazer à tona problemas da humanidade que permitem a interação do leitor com o texto, abrindo caminhos para questionamentos e tomada de consciência. A voz do povo começa a ser ouvida e discutida, diante da voz das classes dominantes. Os oprimidos que, na maioria das vezes, apareciam na literatura apenas como marionetes, já vêm assumindo a posição de sujeitos, com discurso próprio, atuando como reveladores da história.

### **1 Retrato do Brasil**

Em **Viva o povo brasileiro**, de João Ubaldo Ribeiro, algumas dessas questões são postas em relevo. A obra constitui-se de 20 capítulos, cada qual com diversas histórias, que se assemelham a cartas, como que se parodiasse a Carta de Caminha, sob o ponto de vista do oprimido, revelando-se a anti-história do Brasil, desde seu descobrimento até a contemporaneidade. Com um enredo em que se intercalam passado e presente, o autor salienta causas e consequências do processo histórico, diferenciando a ficção da História Oficial pela presentificação dos acontecimentos da primeira e, no que se refere aos heróis, na obra literária em questão, estes são representantes do povo, o que não ocorre na História Oficial, em que se privilegia a elite. É a literatura revelando o outro lado da História, mostrando o que nela se mascara.

No seguinte fragmento, pode-se observar uma paródia à Carta de Caminha, revelando a repulsa por parte dos estrangeiros, o que desfaz o tom idealizador do documento Quinhentista.

... em que aqui encontraríamos riquezas, fortunas, imensas searas, montanhas de ouro e especiarias, felicidade perpétua e paz de espírito, quando o que nos acontece é este buraco verde-bile e fétido, povoado de selvagens repulsivos, lama, mosquitos, ratazanas e febres espantosas, esta terra onde tudo é uma ameaça e nunca se tem sossego da Natureza ou do homem (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Os personagens que têm mais força, embora submetidos à marginalização, são os oprimidos: negros, índios, mestiços, o povo enfim. O Brasil é pintado com suas cores reais. Através dessa obra, percebem-se alguns indícios do porquê da miséria do povo brasileiro - mesmo em um país de grandes riquezas naturais - da dizimação indígena, da marginalização de grupos étnicos, como os negros, e da corrupção que assola o Brasil. João Ubaldo Ribeiro inicia a obra **Viva o povo brasileiro**, narrando a morte do Alferes Brandão Galvão, herói da Independência e se utiliza de uma figura simbólica: a alma, a alma brasileira que vai se apaixonar pelo Brasil e lutar por ele, representante do povo, ingênuo e perseverante. Esta que encarna em vários bichos e índios, no Caboclo Capiroba, comedor de gente, no Alferes Brandão Galvão, chegando a Maria da Fé, uma líder que realmente acredita na mudança da ideologia do país e que se engaja pelo povo brasileiro, revelando a força da mulher e persistência do mestiço.

No primeiro capítulo já se retrata, portanto, a luta pela Independência, em 1822, ano em que morre o Alferes Brandão Galvão, um mártir na narrativa. A alma brasileira que desencarna do alferes, fica desorientada, mas com a idéia fixa de permanecer no país e se tornar brasileira. No segundo capítulo, a história volta aos tempos do colonialismo, 1600, em que estrangeiros exploravam a terra, os nativos e os escravos, submetendo-os às suas imposições, tanto cultural como religiosa, destruindo a identidade de índios e negros, matando-os não só com armas de fogo, mas principalmente pela humilhação e desrespeito. A partir do terceiro capítulo, a narrativa segue em torno dos séculos XIX e XX, num enredo intercalando presente e passado, envolto de exploração humana, tramóias e falso moralismo, revelando os desmandos e corrupções que persistem na contemporaneidade. A obra, embora pertença ao cânone da Literatura Brasileira, com o predomínio do discurso narrativo formal, permite denunciar por meio da inserção do discurso do oprimido e a construção estética, como o vaivém da narrativa entre passado e presente que convida o leitor a repensar sobre a História do Brasil e suas repercussões, propondo ao povo brasileiro que se enxergue como sujeito e não se cale diante das injustiças.

## **2 A Escritura Denunciada e o Engajamento Social**

Em **Viva o povo brasileiro**, observa-se a proximidade entre a história e a ficção, abrindo possibilidades para que o leitor questione seu contexto. Alguns teóricos tratam essa técnica como engajamento, apesar de muitas controvérsias geradas por esse termo. Nesta obra, a construção do discurso das minorias pode ser considerada uma escritura denunciada que também denuncia: denunciada pela forma como o autor trabalha a sua estética, por meio do dialogismo (paródia, oralidade, estilização), que, com toda a literariedade, põe em relevo os anseios do povo, desconstruindo a imposição ideológica do colonizador, sendo, portanto também denunciadora, engajada ou compromissada. Em relação a isso, Sartre (1978), na sua obra **O que é Literatura?** expõe seu ponto de vista sobre arte, descartando esses termos das artes plásticas e da poesia. Segundo ele, engajar-se é comprometer-se com a realidade; a forma nada importa, o estético serve apenas para contemplação. A visão sartreana de engajamento traz a possibilidade desse procedimento apenas para a literatura prosaica, já que a poesia, apesar de ser escrita, ou seja, utilizar-se da palavra, tem uma característica das artes plásticas: a preocupação estética, não podendo, portanto, ser engajada.

Por outro lado, na visão de Adorno (1993), as obras de arte em geral são tidas como interação com seu público, ou seja, defende a idéia de que a arte deve ser necessariamente distinta da realidade e que não só o conteúdo tem importância, mas principalmente o modo como a obra é construída.

A única possibilidade que Adorno vislumbrava para garantir a abertura histórica era desenvolver, na arte, no pensamento, no ensaio, o princípio da negatividade, rompendo as continuidades da lógica e história dominantes, revelando as contradições dos conceitos e formações sociais de aparência inatacável, estimulando novos modos de pensar, sentir e julgar (ÁVILA, 1997, p. 22-3).

Em seu **Engagement** (1993), Adorno critica o termo engajamento, defendendo portanto, a negatividade crítica, ou seja, o distanciamento do público em relação à obra, para que seja permitida a análise. Segundo Adorno, toda obra de arte pode abrir os olhos do público, até mesmo pela sua construção estética. A forma pode ser também um procedimento de denúncia. Assim, através do discurso no texto, a História Oficial, opressora e autoritária, poderia ser desmascarada.

A história se reconhecia fechada no discurso, mas rasgaria caminho precisamente por intermédio das próprias contradições internas. Nenhuma origem nem finalidade a transcendiam: era na contraditória e astuciosa luta discursiva, em seus efetivos contextos, que se formavam os valores, justificativas, finalidades, convicções, dissensões e consensos, pelos quais se constituíam e transformavam as sociedades. No fundo, Adorno também aspirava ao sentido: a sua dialética negativa era a pedagogia da resistência, a partir da qual se fosse constituindo um outro pensamento, poderoso o suficiente para começar a alterar as perversas estruturas sociais que ameaçavam tornar-se irremovíveis (Idem, 1997, p. 22-3).

João Ubaldo Ribeiro, em **Viva o povo brasileiro**, critica a sociedade e os governantes do Brasil, desde o descobrimento à atualidade. De acordo com Coutinho (1998, p.11), o rol de amizades ubaldiano era composto por:

políticos, funcionários públicos, todos de mal com qualquer governo, que se reúnem num canto, num bar chamado Arataca, cuja culinária norte-nordestina é altamente apreciada, se regada com bom uísque, conversa jogada fora e soluções criativas para os eternos males do mundo, jamais levadas a sério por qualquer governante.

Principalmente no que se refere à formação cultural do Brasil, desde a alusão ao índio, explorado, aculturado e dizimado, até o povo brasileiro, resultante de várias raças, relegado ao descaso e desrespeito como cidadão. O autor revela, no excerto abaixo de **Viva o povo brasileiro**, sobretudo as consequências da colonização para os índios:

Pirapuama queria dizer baleia, na língua dos bugres. Isto não se pôde confirmar com a certeza que ele desejara, porque os índios praticamente não existiam mais e os poucos que havia ou se escondiam nos cafundós das matas ou passavam o tempo furtando e mendigando para beber, cair pelas calçadas e exibir as doenças feias que sua natureza lhes trazia (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Além da cultura indígena, o autor demonstra, na obra em questão, com detalhe, a cultura afro-brasileira, através do homem negro e a miscigenação (mulato, caboclo, pardo, etc.) trazido pelos colonizadores como mão-de-obra, libertados por esses mesmos opressores, mas que continuam escravos pelo preconceito, discriminação e descaso das classes dominantes e até mesmo das dominadas, senão por eles próprios, pessoas que vêm sendo manipuladas pelo poder, e assimilam a imposição ideológica que lhes é inculcada.

Mas há limites para o que se pode suportar da convivência com essas criaturas simiescas e obtusas, que estão neste mundo para que louvemos a Deus pelo nosso destino de homens normais e para que ponhamos à prova nossa caridade (RIBEIRO, 1995, p. 62).

A cultura afro-brasileira é demonstrada de modo rico: as crenças, a culinária, o vestuário, a arte, enfim, elementos que entraram no Brasil e aqui permaneceram, influenciando, de um modo ou de outro, todo o povo brasileiro. Além da cultura africana, há uma diversidade cultural considerável no Brasil, mas principalmente a negra é colocada como exótica, folclórica, o que leva ao desrespeito e contribui para a persistência do preconceito. Um exemplo disso é a idéia distorcida que se tem das religiões afro-brasileiras, relegando-as à condição de **coisa do mal**: até mesmo o sincretismo religioso, ou seja, a mistura do catolicismo com as religiões africanas é alvo de repulsa por muitos brancos, vista como profana e desrespeitosa. Em **Viva o povo brasileiro**, João Ubaldo Ribeiro procura retratar as várias culturas que entraram no Brasil, desde os exploradores até os explorados.

Na obra em questão, o autor trabalha com temas que se relacionam com a História do Brasil, com o predomínio da linguagem culta, própria do cânone, mas com a clara tendência à crítica. O predomínio da linguagem da narrativa é a padrão, mas a voz do oprimido e seus anseios é que são postos em relevo. A relação entre história e ficção é a base para a obra **Viva o povo brasileiro**, que, por meio do procedimento paródico, denuncia a questão colonialista e põe em relevo o oprimido. Os heróis são os representantes do povo, visto que os opressores são construídos envoltos em hipocrisia e ganância. O personagem Alferes José Francisco Brandão Galvão foi feito herói da Independência sem nunca ter combatido, perdeu a vida muito jovem, dezoito anos, dois meses e vinte dias, pelas bombardetas portuguesas, a 10 de junho de 1822, filho de pai português, que o abandonou ao nascer. A figura de Perilo Ambrósio, sob o título de Barão de Pirapuama, é uma nítida referência aos falsos heróis da nossa História, pois só defendia o Brasil por orgulho ferido, já que se considerava português, mas por ter sido rejeitado, nem lutava, apenas fingia lutar para ter mérito e reconhecimento. É um grande representante da hipocrisia de alguns governantes.

Se queria que os brasileiros prevalecessem, não era por ser brasileiro - e na verdade se considerava português -, mas porque, expulso de casa, abominado pelos pais e por todos os parentes, sob ameaça de deserção, deliberara adquirir fama de combatente ao lado dos revoltosos. Desta maneira, seu pai, fiel à Corte, já foragido e acusado de todos os crimes e perfídias concebíveis, poderia perder tudo com a vitória brasileira, passando os bens muito justamente confiscados a pertencer ao filho varão, distinto pelo denodo empenhado na causa nacional (Idem, 1995, p.23).

As atrocidades da escravidão dos negros africanos no Brasil colonial são também alvo de crítica em **Viva o povo brasileiro**, revelando a verdadeira face do sistema e a dura consequência da abolição, que ao invés de ter sido um bem para os libertos, foi sinônimo de abandono e descaso, senão desumanidade. Desumanizados, sem direito à família e muito menos de reconhecer parente de qualquer grau, os negros escravos eram tratados como bichos. Os filhos e parentes, ou eram vendidos como escravos, ou eram mortos: a vida dos escravos não lhes pertencia. João Ubaldo retrata a desumanidade do período escravocrata, desde a exploração até a violência. A falta de respeito humano ao escravo, principalmente à mulher, que sofria na condição de gente e de mãe, pois os filhos eram vendidos como objetos, sem ter o contato com a família. Ter filhos para os escravos era mais uma tortura, pois além de perdê-los para o trabalho, quando morriam, eram tratados como lixo.

Sabia que o menino devia nascer a qualquer momento, mas não podia deixar de fazer serviço de cozinha mesmo no domingo e, além disso, havendo já parido seis e tido três abortos, todos os seis vendidos logo depois de desmamados e os fetos

jogados na maré junto com o lixo, se aborrecia um pouco por ter de parir, ficava impaciente em pensar que haveria de novo um menino pendurado nos peitos, um menino que, como sempre, não seria dela (RIBEIRO, 1995, p. 93).

O retrato da crueldade e hipocrisia para com os escravos é demonstrado no fragmento abaixo, em que os negros eram tratados como gado, marcados como propriedade:

Agora, sem dizer nada, se lembrem eles são bondosos porque não ferram à brasa as negras, só ferram os negros (Idem, 1995, p. 95).

Revela-se a forma como foi idealizada a abolição da escravatura, visando apenas aos interesses do poder dominante, abandonando os escravos à sua sorte, sem condições de sobreviver numa sociedade completamente diferente da deles, em que se exigia nome e tradição, mas sobretudo, a cor da pele, passaporte para decidir destinos.

Não tinha mais tantos negros, é também verdade, apenas três negras e dois negros, pois a dureza dos tempos atuais e os azares que por todos os lados perseguiram os negócios do barão aconselharam a que a escravatura fosse reduzida ao mínimo indispensável (Idem, 1995, p.229).

A exploração de menores, o desrespeito à vida e ao ser humano, fatos que ainda se fazem presentes na sociedade, principalmente no nordeste, em que existe um alto índice de miséria, levando os próprios pais a não terem opção, senão submeter suas crianças à escravidão, ao trabalho pesado, o que aumenta a marginalidade e a miséria social, é um dos temas postos em relevo na obra em questão.

Ora, Senhor Barão, pode falar, sei o que quer dizer. Como o trabalho dos moleques aqui é muito útil, há que fazer com que os negros se reproduzam. É a mesma coisa nas minas, pois sempre existem galerias e escavações onde as rochas não permitem a passagem de um corpo crescido (Idem, 1995, p. 114).

Uma das causas da miséria e discriminação que assola o Brasil, se não for a principal, é a escravidão que persiste, mesmo que camuflada, e a hipocrisia que a envolveu: a forma como iniciou, retirando dos negros sua condição humana e sua identidade; a forma como foi conduzida: obrigou os negros a servirem sem remuneração pelo seu trabalho, sem acesso à instrução escolar, e sem respeito, torturando-os física e psicologicamente, para que se tornassem pacíficos e submissos, como bichos selvagens a serem domesticados; e a forma como foi extinta, por interesses das classes dominantes que não podiam mais manter seus escravos, pois estes se tornaram mercadorias caras e dispensáveis, o que culminou na abolição da escravatura, abandonando os negros à condição subumana, mendigando, servindo os patrões por um prato de comida, e morrendo à míngua por doença e fome: uma escravidão ainda pior, consequência do descaso e da desumanidade.

Hoje é prática inútil, pois os negros não têm para onde ir e, desvalidos de nossa assistência, morreriam por aí à míngua, como acontece com tantos libertos vadios e nocivos (Idem, 1995, p. 114).

Outra marca da escravidão é o preconceito racial, uma realidade presente no mundo todo, pois os negros foram levados a vários países como escravos, sendo vistos como exóticos, primitivos e irracionais, indignos de conviver com os brancos, chegando, em certos países, a ser obrigados a ter seus próprios bairros e comunidades.

Comentou distraidamente a solução encontrada pela América do Norte, país pouco civilizado mas de gente decidida e de caráter, para limpar-se de seus pretos e

mestiços libertos - pois lá não se faz como aqui, onde se permite aos pardos e cafusos a vida em comum com a gente branca ate como se brancos fossem -, solução esta que consistiu em estabelecer para eles seu próprio Estado em algum lugar da Costa da Pimenta, para as bandas da Guiné, no qual podem continuar seu viver de animais sem a ninguém incomodar. Nisto, aliás, seguiram os americanos o exemplo de seus ancestrais ingleses, que desde muito já haviam feito o mesmo na Serra da Leoa (RIBEIRO, 1995, p. 115).

A inferiorização dos negros como seres humanos, a ânsia dos opressores em manipulá-los, para que sempre aceitassem suas imposições e se calassem diante delas, sujeitando-se e acreditando nos superiores, lutando por eles, e conseqüentemente se destruindo como cidadãos.

Essa gentilha, pela sua natureza rude e primitiva, fetichista, bárbara, insensível e ignara, não tem ambições senão as que lhe ditam seus parcos horizontes. (Idem, 1995, p. 244).

A tomada de consciência de ser povo, dos direitos e deveres como cidadão, trabalhador e ser humano começa a se afirmar na obra a partir do momento em que os negros se reúnem para discutir os seus problemas e relembrar o seu passado: a formação da Irmandade do povo brasileiro. A figura da canastra remete-nos às memórias, pois é através delas, da herança cultural, das experiências, das histórias dos antepassados, lendas e tradições é que se pode ter por que lutar. Apesar desse início de conscientização, o povo ainda não fala, ou seja, não tem voz ativa, por medo ou por falta de condições para enfrentar seus opressores.

Foi também tudo muito sonoro, tão melódico que nada mais se escutou dentro da casa da farinha, dizendo uns que ali, naquela hora, se fundou uma irmandade clandestina, a qual irmandade ficou sendo a do Povo Brasileiro, outros dizendo que não houve nada, nunca houve nada, nunca houve nem essa casa dessa farinha desse engenho desse barão dessa armação, tudo se afigurando mais labiríntico a cada perquirição (Idem, 1995, p. 212).

Os negros começam a se revoltar contra o opressor, o que culmina no envenenamento do barão. Todo o grotesco da figura de Perilo Ambrósio acaba por fazer parte de sua vida, misturando-se a fezes e urinas, além das dores incuráveis. A dor e a subumanidade que ele fizera os negros passar, voltavam ao seu ventre como frutos que estava colhendo de toda a sua vida.

Agravou-se dessa maneira a enfermidade, padecendo agora o barão de urinas e bostas presas muito dolorosas, que o levavam a uivar lastimosamente toda noite, enquanto, amparado nos ombros de dois negros, sem calças e com a camisola arrepanhada diante de um penico sustentado por outro preto, espremia em vão a barriga transformada numa bolha de fogo, pingando gotinhas de urina avermelhada e ardente, a intervalos que a todos pareciam eternos (Idem, 1995, p.162).

Foi o romance que levou Bakhtin ao encontro das manifestações culturais da tradição oral em sociedades que não conheceram a escrita. Tais manifestações tornam-se o legado cultural do romance que Bakhtin transforma em categoria estética. Sua **Teoria do Romance** torna possível compreender a cultura verbal em seu percurso contínuo entre oral e escrito, cuja importância para se compreender o movimento das produções culturais de nossa civilização ninguém pode negar.

Uma das ênfases da obra **Viva o povo brasileiro** é a resistência à imposição cultural européia, sendo que o elo cultural do povo africano é representado por Dadinha, a figura da anciã que conta histórias; a perpetuação dos costumes e tradições; a mulher forte e com a missão de transmitir a cultura de seu povo para as gerações futuras. Por meio de seus cultos e crenças, e através do dom de

receber os espíritos, Dadinha conta a história, ou seja, resgata o passado, fazendo-o sempre estar presente como um alerta contra a opressão. A africanidade de Dadinha é fortemente nítida na oralidade, na linguagem, na entonação, na musicalidade de seu discurso, mas principalmente no conteúdo nele inserido. Com sabedoria e sem instrução escolar, a tradição sobrevive nas palavras e crenças da anciã, responsável pela continuação cultural de seu povo.

Rrreais! Caboco esse que fica nessa porta, com sua coita de prata pendurada e seus dois irmãos cabocos, Sinique mais Aquimã, que da luta nunca falta, vivendo hoje e amanhã. Crem-deus-haja, vissantíssima, val de lágrimas. Nachida no 21, começo do setechentos, meu pai eu não conheci, morreu no meu nachimento, antes do meu naschimento, minha mãe também não vi, mãe esta que foi vendida antes de me desmamar, partindo por Serigi para nunca mais voltar (RIBEIRO,1995, p. 73).

Um dos povos, por muito tempo ágrafos, são os africanos que, por sua história de exploração e opressão, ficaram relegados à marginalidade e desconhecimento até o século XIX, quando se iniciou a divulgação de sua arte. Em **Viva o povo brasileiro**, João Ubaldo Ribeiro recupera a oralidade desses povos, através de discursos longos, com uma linguagem peculiar, com expressões e interjeições próprias dessa cultura, de suas lendas e credices. Através de Dadinha, negra velha, o autor retrata a oralidade, a mescla de discursos na narração da personagem, que revela a arte de contar histórias. No seguinte fragmento há o discurso da narradora-personagem (Dadinha), o diálogo com fatos históricos e o discurso do rei. Em meio a esse vozerio está também implícito o discurso do autor.

No setechentos, no setenta ou no oitenta, quando nem sombra de nada disso tinha aqui, só as baleias e as mesmas gentes, assim ou não assim, chegou Darissa da Bissínia, que era maluco, maluco, muitíssimo variado. A cidade da Bissínia é Diz-Abobra, ele porém não trazendo abobra, trazendo religião antiga, que aqui não pôde combater. O povo dele é Galinha, porém também não trouxe galinha, nem fazia cococó. Foi antes que botaram os padres regular zizuítas para fora, le conto, hum-hum. Tinha o grande reis Zuzé, que ficava no reino, no pombá do Marquês, que me chegou lá e disse: não quero mais saber, me compreenda uma coisa, não quero mais saber de zizuíta em minhas terras, foi zizuíta aqui, zizuíta fora, he-he-he! ... (Idem,1995, p. 75-6).

Observa-se na personagem a sabedoria dos mais velhos, o aconselhamento, as crenças e lendas que são transmitidas de geração a geração, mantendo as raízes e dando condições para que seus descendentes sobrevivam às pressões sociais. A História é recontada sob o ponto de vista do oprimido. A marca da africanidade no discurso de Dadinha reside na troca das letras, repetições, onomatopéias, traços da oralidade presente na língua africana.

Na oralidade de Dadinha, é nítida a forte presença africana, a troca do "j" pelo "z" ("zizuíta"); do "c" pelo "ch" ("setechentos"), demonstra a recuperação da linguagem nativa, sendo Dadinha um verdadeiro símbolo de resistência à imposição cultural européia. A construção ritmada através de repetições e inversões das frases, as adversativas, são recursos para chamar a atenção do leitor aos fatos históricos e suas repercussões para a formação do povo brasileiro. A oralidade sugerida pelo enfoque dialógico de Bakhtin deve ser entendida como imagem de linguagem e não como uma mera transmissão de voz. Trata-se de um discurso bivocalizado duplamente orientado pela sua condição de fala e escritura. A escrita reporta-se à voz do autor que, por sua vez, enuncia palavras suas e de outros, criando um campo complexo de representação. Outro elemento revelador da oralidade é o "Era uma vez"..., pois, além do caráter memorialista, ainda nos remete aos contos de fadas. No seguinte fragmento, também se podem notar as repetições e rimas que dão um caráter poético à narração. Através da entonação percebe-se que o uso de palavras paroxítonas contribuem para o ritmo e a musicalidade das frases. A narradora-personagem (Dadinha) reporta-se a um ouvinte, que pode ser o outro personagem, mas também o próprio leitor (le conto – hum-hum).

Era uma vez a freguesia desse vigário, era uma vez sua igreja, era uma vez o povo que nesse sítio morava, onde havia muitas beatas e muita gente misseira e beguina. O vigário, antes da missa, não podia descansar, porque vinham as beatas se confessar. Depois da missa, não podia descansar, porque vinham as beatas se confessar, e então o padre não fazia outra coisa que cuidar das desobrigas daquele povo carolo. (...) Quando chegou a missa, o padre pegou do ror e leu da seguinte maneira: minhas prezadas devotas, povo desta freguesia, já estou ficando velho e cansado e não tenho mais tempo e sustança para tanta confissão todo dia (RIBEIRO, 1995, p. 82-3).

A teoria bakhtiniana afirma que não existe língua fora do enunciado. Segundo esse princípio, o enunciado difere da sentença, uma unidade lingüística elaborada pela gramática do código escrito e pelas leis sintáticas, semânticas e lexicais da língua culta. As convenções lingüísticas nada dizem para a constituição do enunciado, que depende totalmente do contexto vivencial do ato comunicativo. Para Bakhtin, a entoação expressiva pertence à enunciação e não à palavra, mas o autor considera uma outra questão: todo enunciado é individual e por isso pode reproduzir a individualidade do falante ou do escritor em seu estilo individual, apesar de que nem todos os gêneros se prestam a absorver um estilo individual como, por exemplo, o discurso científico, a prosa ensaística e o discurso filosófico.

As relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria.

Para tornarem-se dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa.

Neste sentido todo enunciado tem uma espécie de autor, que no próprio enunciado escutamos como o seu criador. Podemos não saber absolutamente nada sobre o autor real, como ele existe fora do enunciado. As formas dessa autoria real podem ser muito diversas. Uma obra qualquer pode ser produto de um trabalho de equipe, pode ser interpretado como trabalho hereditário de várias gerações, etc., e apesar de tudo, sentimos nela uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente. A reação dialógica personifica toda enunciação à qual ela reage (BAKHTIN, 1981, p.159).

Segundo a visão do opressor, na obra em questão, o povo do Brasil deveria ser os que se enquadravam nos modelos impostos pela sociedade, ou seja, os brancos, pois estes tinham condições de fazer o país se desenvolver. Os negros e mestiços não podiam fazer parte do povo brasileiro, não significavam nada, pois eram relegados à condição subumana, comparados a bichos, irracionais e primitivos. Essa visão ainda se revela em nossa sociedade, pois o povo, embora tenha tido suas conquistas, continua a sofrer com a manipulação e o descaso, basta ver a quantidade de impostos a pagar, os baixos salários, o descaso com saúde e educação, a forma de eleição para os governantes, em que sempre surgem os mesmos, não restando opção para voto, levando o eleitor a se conformar com o que lhe é imposto. Continuam, assim, os privilégios para os que já têm tradição, poder e, para os que não têm nome, resta a servidão; por mais que tentem se libertar, não encontram base para se apoiar e assim permanecem se curvando, reforçando o sistema que os domina e anula, sendo o povo sempre representado por seus opressores que, em grande parte, apenas se beneficiam, não representando mais nada, além de seus próprios bolsos.

Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermos, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é



afirmação, é nacionalidade, não é rebotalho dessa mesma nacionalidade (RIBEIRO, 1995, p. 245).

O povo é quem produz, os trabalhadores, mas são desrespeitados como cidadãos. A grande importância da força trabalhadora está no que é base para um país, é a produção que faz com que um país se sustente, fora o próprio trabalho no campo que, se for visto também pelo lado humano, é o que faz a população sobreviver. Esse povo que trabalha, que sua, que mantém o país, é o povinho a que negro Leléu se refere, o povo sem instrução, sem acesso ao círculo social, o que vem desde o tempo da colonização; fato que transformou a maior parte do povo brasileiro em analfabetos e miseráveis devido à discriminação e desrespeito.

-Disseste bem, disseste muito bem: nós somos o povo desta terra, o povinho. É o que nós somos, o povinho. Então te lembra disto, bota isto bem dentro da cabeça: nós somos o povinho! E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povo ter importância? Ainda mais preto? [...] (RIBEIRO, 1995, p.373).

O povo brasileiro é uma grande mistura, tendo no homem negro a base do seu sangue, este que foi abandonado à própria sorte pela Abolição da Escravatura, sem instrução, sem dinheiro, sem honra. Não é à toa que grande parte de mendigos, marginais e desempregados é composta por negros, visto que a escravidão tornou-se uma grande chaga social, retirando deste homem sua cultura, sua liberdade, enfim, sua condição humana, elementos essenciais à vida em sociedade, difícil de se resgatar, a menos que se lute, com consciência, pela valorização da diversidade social e se respeitem as diferenças.

## **Conclusão**

Os temas e idéias citados levam à reflexão crítica, um dos elementos responsáveis pela interação do leitor com o texto, surgindo inquietações sobre problemas como os que foram expostos acima, abrindo possibilidades para questionamentos e para a tomada de consciência. Dentre os muitos procedimentos que se podem considerar a respeito de **Viva o povo brasileiro**, de João Ubaldo Ribeiro, estão a culturação do povo, o dialogismo, a oralidade, o fantástico, o erotismo e o grotesco, que fazem da obra uma espécie de história do Brasil, recontada por seus verdadeiros heróis, o povo, oprimido, porém perseverante.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] ADORNO, Theodor. W. Engagement. *In: Notas de Literatura*. Tradução por Celeste Aída Galeão e Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 51-71, 1993.
- [2] ÁVILA, Henrique Manuel. **Da urgência à aprendizagem**: sentido da história e romance brasileiro dos anos 60. Londrina: UEL, 1997.
- [3] BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução por Yara Frateschi Vieira. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- [4] CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 2 ed. São Paulo: M. Fontes, 1959.
- [5] COUTINHO, Wilson. **João Ubaldo Ribeiro**: um estilo da sedução. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- [6] SARTRE, Jean-Paul. **Qu'est-ce que la littérature?** Paris: Gallimard, 1978.
- [7] RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

---

<sup>1</sup> **Guadalupe Estelita dos Santos Menta Ferreira, Doutoranda**  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)/Universidade Tecnológica Federal do Parana (UTFPR)  
guadalupe.estrelita@hotmail.com